

## Acta nº 2/2003

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e três, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Documentos de Prestação de Contas (Mapas nos termos do POCAL);
4. Pedido de cedência do lote nº 41 pela Agrimonte;
5. Determinação e justificação do procedimento prévio à contratação, por meio de ajuste directo, dos serviços de recolha indiferenciada dos resíduos sólidos urbanos produzidos no Município de Montalegre – Autorização para assumpção de encargos que se repercutem por cinco anos económicos;
6. Projecto de Regulamento sobre licenciamento das diversas actividades previstas no Decreto-Lei nº 264/02, de 25 de Novembro e no Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de Setembro;
7. Projecto de Regimento da Assembleia Municipal de Montalegre.

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta e cinco membros. Não compareceram à chamada os senhores Fernando Calado Calvão, Carla Maria Ferreira Rodrigues, Manuel Dias Baptista, Fernando Gonçalves de Moura, José Domingos Silva Ferrage e António Gregório Azevedo Dias.

No prazo legal justificaram as faltas à sessão do dia 28 de Fevereiro de 2003 os senhores Francisco Afonso Surreira, Luis Filipe Lopes Afonso Carril, José Domingos Silva Ferrage, José Miranda Alves e Armando Rodrigues Mendes Duarte.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

A acta da sessão anterior foi posta à consideração, tendo os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves e Paulo Cruz feitos alguns reparos.

O deputado António Cascais disse que, na aprovação do regulamento de resíduos sólidos, a acta só refere que o regulamento foi aprovado, mas deveria referir que foi aprovado sem a alínea o) do artigo 49º. Referiu ainda que na acta não constam as faltas dos deputados António Pires Pereira, Joaquim Azevedo Alves e João Evangelista Pires Fecheira. Pensa que as faltas são injustas, mas, se foram marcadas, as faltas devem constar da acta.

O deputado Acácio Gonçalves disse que por vezes a acta não transcreve aquilo que se passa na Assembleia. Disse que tinha focado na sessão anterior que aos jovens de Murça são dados 300 contos para os que casam.

O deputado Paulo Cruz entregou o seguinte documento à Mesa para alteração das suas intervenções na anterior sessão:

“O deputado Paulo Cruz disse que não compreende porque é que o PSD critica a actuação da Câmara, quando se vêem melhorias significativas, e não ouve críticas relativamente ao governo. É sinal que concordam que se façam promessas, e quando se é poder as promessas ficam por cumprir. Na altura da campanha eleitoral, o primeiro-ministro até arranjou uma costela Transmontana para dizer que iria fazer tudo para melhorar esta região e sobre aquilo que tinha sido prometido nada vai acontecer, como por exemplo, a Universidade de Bragança que não vai avançar; o Pólo de Chaves que não vai para a frente e os problemas do Douro que em vez de os resolver agrava-os ainda mais. Às pessoas que criticam a Câmara e acusam quem a gere de má gestão e despesismo, perguntou o que é que pensa do actual governo, porque era bom que se esclarecesse a posição do PSD que estão sempre a criticar aquilo que a Câmara faz no concelho e aceitam o que faz o governo. Assim, manifesta a sua indignação porque não se pode prometer tudo nas eleições e depois não cumprir nada. É por isso que as pessoas têm uma má imagem dos políticos. É altura de o PSD-Montalegre dar um recado aos governantes do PSD, dada a ligação ser decerto forte, pois até o máximo representante do PSD em Vila Real é o Presidente da Câmara de Boticas.

“O deputado agradeceu as sugestões de leitura que o deputado António Cascais lhe deu. Sugeriu que seria ainda melhor e mais proveitoso para o país que as desse ao Durão Barroso, porque não foi o deputado Paulo Cruz, mas sim o seu camarada que fez as promessas na campanha eleitoral, apesar de afirmar que era conhecedor dos problemas e principalmente do défice do país, que seria de 5% ou superior a este valor. Todos os dias vemos o governo a dizer que a situação do país é muito má, a forma que encontrou para a solucionar, foi agravar a vida dos portugueses com o aumento dos impostos e vender ao desbarato o património que o governo PS deixou. Esta é a política e a consciência social do governo português.”

“O deputado Paulo Cruz disse que se tratava de uma proposta coerente. Afirmou ainda que melhorar nesta área é uma forma de mostrar civismo às pessoas que nos visitam. É um concelho com muito turismo e as pessoas gostam de vir cá para ver as nossas paisagens e muitas vezes encontram os montes sujos com colchões, frigoríficos, etc. Entendem que, com a aprovação deste documento, não irá contribuir em nada para o encerramento das aldeias, pois todos os barrosões têm brio em ter a nossa terra limpa. Disse ainda que esta proposta deve ser votada por unanimidade, porque sobre esta matéria os partidos devem ser postos à parte e seria uma boa campanha a favor do civismo.”

“O deputado Paulo Cruz perguntou quais seriam as possibilidade de a recolha do lixo doméstico ser feita porta a porta na vila de Montalegre.”

“O deputado Paulo Cruz disse que se é esta a forma de descentralização do governo, vê realmente pouco para quem prometeu tanto.”

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com duas abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a sessão da Assembleia Municipal marcada para o dia 17, tinha sido adiada porque a correspondência tinha sido enviada a todos os membros com oito dias de antecedência e não dez, conforme prevê o Regimento.

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreeveram-se para intervir os deputados António Cascais, Alberto Martins, Acácio Gonçalves, João Soares, Domingos Vasconcelos, José Coelho, António José Carvalho, Manuel Duarte, Francisco Surreira, António Ferreira, Amadeu Fortunas, Paulo Barroso, Luis Carril, Paulo Cruz e Acácio Moura.

O deputado António Cascais saudou a comemoração de mais um aniversário do 25 de Abril, bem como o Dia do Trabalhador que se aproxima. Sobre o adiamento da sessão da Assembleia Municipal, mesmo considerando que o prazo que a lei exige não estava a ser cumprido, a verdadeira razão para o adiamento foi porque a sessão estava marcada para o dia de quinta-feira santa. Sobre as alterações que o deputado Paulo Cruz apresentou à acta, disse que não é fácil anotar na íntegra aquilo que se diz e pensa que o modelo que foi adoptado nas sessões da Câmara Municipal também se pode adaptar à Assembleia Municipal. Referiu que também gostava de ver na acta outras referências que tinha feito, mas reconheceu que isso não é possível porque as pessoas não são máquinas e todos devemos contribuir para que as actas transcrevam tudo aquilo que se passa, entregando por escrito à Mesa as intervenções. Sobre o ofício enviado pela Assembleia Municipal da Guarda, disse que gostaria de se associar e até gostaria que fosse transformado em Moção. Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara continua a insistir em manter os contentores do lixo à sorte e por isso pensa que os locais escolhidos não são os mais indicados. Na altura da Páscoa viu-se as pessoas a fazer os folares no forno da vila e os contentores à porta.

O deputado Alberto Martins entregou o seguinte documento, contendo a sua intervenção:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros:

O motivo que me leva a intervir, neste período, é o seguinte:

Recentemente o tribunal condenou, aqui no nosso concelho, alguém por ter votado duas vezes nas últimas eleições autárquicas.

O eleitor, em questão que eu não conheço mas que até presumo que seja socialista, cometeu uma ilegalidade e teve que pagar por ela!

Mas eu pergunto, quantos terão feito o mesmo?

Na freguesia de Salto, que é a que melhor conheço há cerca de 1800 habitantes, dados dos últimos censos (2001) e nestes estão incluídos, todos os que têm menos de dezoito anos, portanto não estão recenseados e há 2200 recenseados!

Ora, há mais de quatrocentos recenseados na freguesia que lá não vivem e ninguém garante que não estejam recenseados onde vivem.

Alguns, já lá não vivem há mais de trinta anos!

Muitos deles recensearam-se, na freguesia, em 1976 e partiram ou foram mesmo lá recensear-se e não moravam na área da freguesia.

Ora isto também é ilegal, todas as pessoas, devem mudar o seu recenseamento eleitoral, ao fim de um ano, de mudança de residência.

Com isto, Sr. Presidente da Assembleia queria que tomasse, as devidas diligências, junto da Comissão Nacional de Eleições para que estas situações sejam resolvidas ou para que essa Comissão nos informasse, como é que as Juntas de Freguesia ou os partidos políticos devem proceder para dar mais verdade às nossas eleições autárquicas.

É que em Salto, os que lá não moram (os ilegais) têm grande influência no resultado das eleições. E tem grande influência, na escolha da Câmara. Não pode continuar esta situação. Tem que se cumprir a lei.”

O deputado Acácio Gonçalves disse que a Feira do Cabrito é uma feira sem gente e isso não traz bom nome à terra. É uma feira virtual. Referiu que o que mais o escandalizou foi que a Câmara pagava o almoço às pessoas que estiveram presentes no colóquio, mas as senhas eram entregues na Cooperativa Agrícola. Em sua opinião ou comem todos ou não come ninguém. A Câmara pagou 4.000\$00 por almoço e ficou ainda mais escandalizado porque as pessoas até pensaram que foi o Engº Justo que pagou os almoços. Quanto à sisa , esta Assembleia também devia fazer uma recomendação ao governo, como todas as assembleias, porque esta sisa vai prejudicar quase toda a gente no concelho. O Senhor Presidente da Câmara deve dizer o que se passa nas reuniões das Associações de Municípios.

O deputado João Soares referiu-se ao grande acontecimento cultural que teve lugar no dia 12 de Abril. Nesse dia, Montalegre assistiu a uma grande actuação do grupo coral Stella Vitae que é um dos melhores grupos corais do país. Explicou que veio a convite das entidades organizadoras da Semana Santa de Braga e veio cá graças ao Dr. Francisco Pedreira. O acontecimento teve igreja cheia, mas, se fosse um cantor de música pimba, enchia a praça. Agradeceu ao Dr. Francisco Pedreira, ao funcionário da Câmara, Carlos Gonçalves, que fez o cartaz, e também ao Senhor Presidente da Câmara todo o apoio que prestou à iniciativa e a forma como este grupo foi recebido e acarinhado.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que quando o Dr. Pires foi Presidente da Câmara foi arranjado em Vila Nova um caminho que dá acesso a Covêlo do Gerês. Existem por ali bastantes lameiros e quando arranjaram o caminho deslocaram-se penedos e grandes quantidades de pedras para uma levada que ficou atolada e a água não passa, não deixando os lameiros ser regados. Os particulares não conseguem remover as pedras e pediu que fosse lá alguém da Câmara para se tentar resolver o problema. Perguntou se ainda estão a pensar mudar o espigueiro de Sidrós de local. Sobre as actas, disse que não se pode escrever tudo aquilo que se diz e disse que se fossem gravadas seria melhor.

O deputado José Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Viade de Baixo, pediu que o Senhor Presidente da Câmara interviesse junto da Junta Autónoma de Estradas para que fosse dada uma solução ao aluimento de terras que se verificou na EN 103 nos Pisões. Pediu também arranjos nos caminhos agrícolas da sua freguesia se houver possibilidades.

O deputado António José Carvalho congratulou-se que a bancada do PSD tivesse louvado o 25 de Abril. Referiu ainda que em Montalegre se realizou uma actividade cultural de muito nível, mas lamentou que tivesse sido mal divulgada e que as pessoas não tivessem tido conhecimento. Louvou os capitães de Abril que nos libertaram de uma censura que durou quase 50 anos. Lembrou as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da República, no seu discurso das comemorações, que disse que se não fossem as receitas extraordinárias, como a venda da rede fixa da PT, a Quinta da Falagueira, dos perdões fiscais, etc, o défice seria igual ao do anterior governo. Cortar nos investimentos é muito grave porque é menos receita, menos emprego, menos impostos e é uma bola de neve que não se sabe onde vai parar. Disse ainda que é preciso investir na formação das pessoas porque agora vão entrar os países de leste na União Europeia que têm mais formação do que nós e vamos perder competitividade. Perguntou o que é que se iria vender este ano para controlar o défice. Será que vão vender a Caixa Geral de Depósitos que rende milhares de contos ao país? Falou também na educação e disse que esteve num seminário em Lisboa de educadores e que Portugal é um dos países da Europa que mais investe na educação, apesar disso, na prática, isso não se reflecte porque a maioria das vezes as Câmaras agem de acordo com a cor dos governos. Quanto aos impostos, disse que é preciso que todos paguem e não apenas os que trabalham por conta de outrém.

O deputado Manuel Duarte disse que no ano 2000 houve uma deliberação em que foram subsidiados os arruamentos feitos na sua freguesia e com o Pocal mudou; quis saber como ficou essa situação. Disse que a segunda fase do Parque de Campismo de Penedones anda ao abandono, perguntou quando é que se iam iniciar as obras. Louvou o trabalho feito pela Câmara no âmbito do Ecomuseu de Barroso. Apesar disso, é de opinião que os trilhos devem ser mais arrançados, nomeadamente com a passagem de uma máquina para que fiquem mais transitáveis para os pedestrianistas. Pergunta se a Câmara pode fazer alguma coisa no sentido de acelerar os projectos do Agris. Deixou um louvor à Associação Colmeia pelo excelente trabalho que está a desenvolver num torneio inter-freguesias.

O deputado Francisco Surreira perguntou porque é que na Travessa do Polo Norte se colocou tapete, enquanto nas outras ruas da vila se está a colocar paralelo. Concordou com o deputado Alberto Martins sobre a actualização dos cadernos eleitorais porque assim pode-se evitar que venham autocarros com pessoas vindas de fora para votar nas eleições autárquicas. Disse ainda, criticando o Festival do Cabrito, que antigamente nas comemorações dava-se pão e vinho, actualmente pagam-se almoços.

O deputado António Ferreira apresentou o seguinte documento:

#### “CASTIGO À COMPETÊNCIA E AO TRABALHO

O PSD fartou-se de criticar os boys do PS.

E fê-lo porque estava habituado ao poder e custou-lhe perdê-lo. E fê-lo de tal forma, e com tanto apoio da comunicação social, que a população acabou por lhe dar alguma razão e até votos.

Já sabíamos que o PSD apenas criticava por pensar que o poder só a eles pertence.

Ficamos agora a saber que, aqui como noutros temas, o PSD mentiu.

É que o PSD disse uma coisa e fez outra.

Num ano nomeou mais boys que o PS em seis.

E nalguns casos não foi só dar lugar à clientela partidária, descredibilizando dessa forma a democracia e o poder político, foi mesmo atacar o trabalho e a competência, no maior desprezo pelo funcionamento dos serviços públicos e pelos seus utentes.

Foi isto que o PSD fez em muitos lados. Foi isto que o PSD fez em Montalegre.

E em Montalegre varreu de forma covarde e deselegante. Despediu. Saneou politicamente. Substitui o Dr. Pires no Centro de Saúde de Montalegre, precisamente só porque ele é competente, é trabalhador, é dedicado à profissão e é bom gestor.

Mas isto não vale de nada porque o director do Centro de Saúde não precisa de ter estas qualidades. Basta ser do PSD. Nem que resida a 90 Km do Centro de Saúde.

Também na Segurança Social o Governo e o PSD se confundem, sem qualquer respeito pelo Estado e pelos serviços.

Na ganância de poder que não ganham aos votos a nível local, o PSD impôs ao governo mais uma substituição.

Retirou uma funcionária que era responsável pelos serviços na Casa do Povo em Montalegre e nomeou outra pessoa, com menos tempo de serviço, exclusivamente por razões partidárias.

O PS apresenta aqui o seu protesto perante o sectarismo e clientelismo primário do PSD que partidariza a função pública, sem olhar ao interesse dos utentes, e que faz assim o contrário daquilo que tantas vezes criticou.

Montalegre, 28.4.2003, O Partido Socialista, Assina: António Alves Ferreira”

Falou ainda sobre a economia do país e disse que foi um trimestre negro porque várias toneladas de ouro foram ao ar, o défice é efectivamente 2,4, mas se não fosse a venda de algum património, como a rede fixa e a Crel, o défice seria acima de 4%. O crescimento económico é profundamente negativo, segundo os números publicados pelas várias entidades como o FMI, pelo Banco de Portugal e pelo INE, etc. Quem tanto dizia que o Eng<sup>o</sup> Guterres era um homem de ziguezagues, o que chamará à Dr<sup>a</sup> Ferreira Leite e ao Dr. Durão Barroso. Muitos daqueles que criticaram o governo do PS já devem estar arrependidos. O Dr. Álvaro Barreto disse que lhe parece impossível que se cumpram os 2,4% do défice. Terminou a sua intervenção, afirmando “para quem tanto andou aí a lanzonar, o melhor seria meter a viola no saco”.

O deputado Amadeu Fortunas disse que na estrada de Paradela a Ferral existem alguns troços onde o tapete ficou mal colocado e pode causar acidentes. Pediu, por isso, o seu arranjo.

O deputado Luis Pereira disse que na obra do saneamento da Borralha está um grande buraco encostado à estrada, cheio de água onde passam muitas crianças. Devem-se tomar medidas no

sentido de precaver algum tipo de acidente. Disse ainda que na altura do Natal veio pedir à Câmara que colocasse a iluminação do Natal, agora vem pedir que a retirem. Informou que a aldeia do Ameal está sem água nas casas.

O deputado Ricardo Moura disse que há gente na bancada do PSD que é muito séria e muito honesta, mas há também gente que não possui estes atributos. Isto vem no seguimento de duas notícias que saíram no jornal Semanário Transmontano e Povo de Barroso. Disse que não dá ouvidos a certo tipo de bocas e que não é por isso que se vai demitir do cargos de Presidente da Junta. Por causa de falsas declarações em tribunal e por causa de um alto funcionário da autarquia, disse que perdeu uma propriedade que tinha pertencido ao seu avô.

O deputado José Rodrigues concordou com as palavras do Dr. João Soares e disse que é muito bom que saibamos receber bem. Tem pena que o concerto do grupo Stella Vitae não tivesse sido mais divulgado porque gostava de ter assistido. Também concordou com o deputado Manuel Duarte pois a Colmeia tem mostrado muita dedicação e muito empenho, apesar das dificuldades em que vivem actualmente as associações. Referiu ainda que é preciso vir à Assembleia para ouvir críticas à política económica do Estado e que nunca tinha ouvido críticas tão abertas à acção do governo, mas os senhores que as formularam lá terão as suas razões. Disse que já tinha visto pessoas especialistas a estudar a reforma da tributação do património e disseram que é adequada ao nosso país. Tem ouvido falar no Ecomuseu, pensa que é um projecto interessante, mas não está muito bem informado e gostaria de obter alguns documentos para poder estar melhor informado. Perguntou qual a situação das obras do Castelo.

O deputado Paulo Barroso pediu a abertura do comércio em Tourém aos domingos. Entregou a seguinte proposta:

“Exmº Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre

Paulo Jorge Dias Barroso, Presidente da Junta de Freguesia de Tourém, vem solicitar a Vª Exª que ponha à consideração e solicite a esta Assembleia Municipal autorização de abertura do comércio ao Domingo na freguesia de Tourém, pois devido à proximidade com a Galiza e uma vez que se deslocam a esta freguesia bastantes pessoas no fim de semana, pensamos que parta bem da população em geral esta petição faz todo o sentido.

Propomos ainda e conforme determina a lei, para que o comércio possa funcionar ao domingo, é obrigatório encerrar um dia por semana, que esta Junta de Freguesia propõe que seja à terça-feira.

Certos de que tudo fará para dar o melhor seguimento a esta proposta, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.

Freguesia de Tourém, 29 de Abril de 2003, Assina, Paulo Jorge Dias Barroso.”

Perguntou ainda se haveria alguma hipótese de a Assembleia diligenciar, junto das redes de telemóveis e também da rede fixa, o funcionamento dos telefones e telemóveis porque em Tourém não funcionam.

O deputado Luis Carril disse que no concelho de Montalegre as actividades culturais não arrastam massas como no resto do país. Gostaria, contudo, que essas actividades culturais fossem bem divulgadas. Falou do grupo dos Salteados de Salto que foi extinto por razões que ninguém entende. Em relação à limpeza dos cadernos eleitorais, concorda porque a última vez que houve uma foi no tempo em que o deputado Alberto Martins foi Presidente da Junta e era bom que se limpasse ainda mais. Falou de uma reunião que decorreu em Salto com comerciantes sobre o uso do parque do Torrão da Veiga. O Vereador Orlando apresentou uma proposta em que as pessoas pagavam o uso do Torrão da Veiga e essas receitas seria para financiar a construção do Quartel dos Bombeiros. Em sua opinião isso é tirar ao povo de Salto o que sempre lhe pertenceu. Congratulou-se com o facto de ver agora o PS preocupado com os “boys” e não se preocuparam que tivessem vindo “boys” da Câmara de Chaves para Montalegre, aquando da derrota nas últimas eleições autárquicas. Sobre a colocação de uma funcionária na Segurança Social, disse que só foi preenchido um lugar que estava vago. Terminou, dizendo que o país está em crise e que toda a gente sabe disso, mas é em situações de crise que sobressaem os grandes políticos.

O deputado Paulo Cruz disse que ficou admirado quando ouviu alguns membros dizer que pela primeira vez se fazem críticas à actuação do governo. Essas pessoas não têm estado atentas. No espaço de um ano o governo já foi remodelado porque algumas pessoas discordam com a política económica seguida pelo mesmo. Em vez de se estar a recuperar a economia, cada vez mais se está a agravá-la e é por essa razão que se assiste ao aumento do desemprego. Referiu ainda que aquilo que se está a passar no Centro de Saúde é o espelho de que se diz uma coisa nas campanhas eleitorais e, quando se está no governo, faz-se o contrário.

O deputado Acácio Moura disse que no colóquio da Feira do Cabrito, o Presidente da Cooperativa deixou claro que as despesas com o almoço eram da Câmara, não foi passada a ideia de que foi a Cooperativa que pagou. Saudou o Dr. Bento da Cruz pelo prémio que ganhou, como escritor, recentemente em Espanha. Falou da animação de rua do Urbcom que está a ser muito pobre, e na maioria das vezes, passa despercebida. Sabe que a animação de rua faz parte de um projecto que foi financiado e alerta para o facto de se poder estar a gastar as verbas noutras actividades.

Findas as intervenções, inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais, João Soares, Alberto Martins, Luis Carril, António José Carvalho e António Ferreira.

O deputado António Cascais disse que tinha sido feitas algumas referências e que impunham um esclarecimento. Regista tudo aquilo que se diz. Regista as verdades e aceita-as, regista as mentiras e repudia-as. As pessoas que falam esquecem-se de verificar e de tirar outro tipo de leituras porque há outras leituras feitas por pessoas de vários quadrantes. Há pessoas que discutem o que será mais importante ou o mais prioritário: se é o equilíbrio financeiro ou o relançamento da economia. É esta a grande questão. Os socialistas não têm moral para discutir porque estiveram no governo de 96 a 2000 e deixaram o país como deixaram. Também no caso dos boys, o PS não tem moral para falar. Toda a gente sabe que, quando os lugares de confiança política estão à disposição, não é posta em causa a competência.

O deputado João Soares disse que tinha sido mandada uma farpa pelo conterrâneo Luis Carril sobre o fim do grupo Salteados de Salto. Disse que não tinha sido ele que traçou a certidão de óbito do grupo. Explicou que há grande diferença entre o grupo coral de Montalegre e o de Salto porque o de Salto é coral e instrumental. Começaram a faltar aos ensaios os instrumentistas, nomeadamente o acordeonista e viola baixo. Não se conseguiu arranjar

substituto para o acordeonista mas sabe que o deputado Luis Carril toca viola baixo e fez-lhe o convite para participar. Disse ainda que deu durante 8 anos vida àquele grupo e, quando quiserem regressar, mostrou total disponibilidade para continuar.

O deputado Alberto Martins disse que quando pediu que se revissem os cadernos eleitorais foi porque aparecem mais de 200 pessoas que estão recenseadas e ninguém conhece. Não falou de pessoas que se recensearam há um ano.

O deputado Luis Carril disse que a observação que fez em relação aos Salteados tinha sido um lamento e não um ataque pessoal. Sobre o adiamento da Assembleia Municipal, disse que tinha sido adiada porque estava mal marcada. Sobre a limpeza dos cadernos eleitorais, disse que já devia ter sido feita na altura em que o deputado Alberto Martins foi Presidente da Junta de Salto.

O deputado António José Carvalho disse que os deputados Luis Carril e José Rodrigues falam do que não sabem e não dizem aquilo que ouvem. É verdade que pessoas ilustres, como o Prof<sup>o</sup> Cavaco Silva, dissessem que é preciso investir. Verifica-se que as receitas diminuíram e as despesas aumentaram e como já não podem dizer que a culpa é do anterior governo, agora dizem que a culpa é da crise internacional. Quando o anterior governo quis fazer reformas importantes, a oposição não deixou porque o governo não tinha a maioria, mas o actual governo tem a maioria e não faz reformas nenhuma.

O deputado António Ferreira disse que não é quem fala mais, nem quem fala mais alto, que tem razão. Disse que os lugares políticos nada têm a ver com a confiança política porque chefiou o Centro de Saúde, durante 13 anos, o Dr. Delfim e toda a gente sabe que ele não é afecto ao PS.

Findas as intervenções, foi posta a votação a Moção apresentada pelo deputado Alberto Martins que foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

Ao deputado António Cascais disse que os contentores do lixo nunca estão bem para todos e muitas vezes encontrar um sítio consensual não é fácil e eles não ficam bem em local nenhum. Mas tem que os haver.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que o Festival Gastronómico do Cabrito não é uma feira e não se pode comparar com a Feira do Fumeiro ou a Feira da Vitela. Foi o II certame, mas é uma iniciativa importante para a economia local e que todos devem apoiar. Esta iniciativa realizou-se em colaboração com a Cooperativa e foi incluído um seminário. Não houve convites para ninguém porque não houve sessão solene. Foram só convidados os agricultores e pagaram-se três contos por pessoa para o almoço. Sobre a sisa, disse que o governo já fez muitas variações. Não foram ouvidos os autarcas, mas já foi anunciado pelo Primeiro Ministro que as autarquias vão ter outras medidas compensatórias. Disse ainda que a reforma do património é importante e tem que se fazer justiça fiscal porque não se admite que em Montalegre um prédio pague 50 contos de contribuição autárquica e outro igual não pague nada.

Ao deputado João Soares disse que se associava ao reconhecimento que fez ao grupo coral Stella Vitae . Disse que já tinha agradecido ao Dr. Francisco Pedreira por ter proporcionado a vinda desse grupo a Montalegre. Disse ainda que tinha sido um grande prestígio e uma grande honra para ele ter recebido o grupo em Montalegre. Deixou também um reconhecimento e agradecimento ao grupo coral de Montalegre que tem levado o nome de Montalegre a vários locais.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que não houve nos últimos anos qualquer intervenção em caminhos que prejudicassem a levada. Sobre o espigueiro de Sidrós, disse que tinha sido determinada a mudança mas que o empreiteiro quando foi fazer o serviço deparou com exigências novas e impossíveis da proprietária.

Ao deputado António José Carvalho disse que tinha sido dada publicidade ao grupo coral Stella Vitae através da rádio e de panfletos que foram espalhados pelos cafés.

Ao deputado Manuel Duarte disse que, sobre as obras do edifício do parque de campismo, tinha sido dada ordem ao empreiteiro para parar com as obras porque o projecto tinha que ser alterado e reformulado. O reforço da água a Penedones está previsto e esse reforço será para abastecer o Parque de Campismo. Sobre as marcações dos percursos, disse que obedecem a normas e não são regras inventadas pela Câmara. São percursos pedestres para passarem pessoas e não para jeeps.

Ao deputado Francisco Surreira disse que na Travessa do Polo Norte já existia alcatrão, só se colocaram lamas asfálticas. Informou-o de que a avenida não ia levar paralelo. Disse ainda que a insinuação que fez foi de baixo nível e quando estava na Cooperativa não falava assim.

Ao deputado Amadeu Fortunas disse que o empreiteiro que fez a estrada de Paradela foi à falência e que têm que se cumprir algumas formalidades que atrasam o processo.

Ao deputado Luis Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Salto, disse que não tinha conhecimento de que faltava a água em Ameal, o que não se justifica porque são muito pouco os habitantes. Disse que ia ver o que se estava a passar.

Ao deputado José Rodrigues disse que era justo que se fizesse a reforma do património, mas não pode ser feita à custa das autarquias porque isso prejudica as populações. Sobre o Ecomuseu, disse que lhe poderia dispensar toda a documentação que pediu e disse ainda que estavam a trabalhar com um dos melhores técnicos a nível europeu. Sobre as obras do Castelo disse que todos os dias se aborrece com o empreiteiro e com o IPPAR.

Ao deputado Paulo Barroso disse que ia ver o que o regulamento permite . Pensa que aquilo que foi solicitado é justo e se puder funcionar dentro da Lei ainda melhor. Sobre o funcionamento dos telefones em Tourém, pensou que já estavam a funcionar melhor porque a Portugal Telecom tinha pedido a instalação de uma antena.

Ao deputado Luis Carril disse que o Vereador Orlando Alves quis ouvir as pessoas sobre o funcionamento do Torrão da Veiga. Disse ainda que não temos que aturar vândalos, nem limpar o lixo que outros trazem. Não queremos ali o lixo e aquele espaço tem de ser disciplinado e é para ajudar a economia de Salto. Falou dos boys e quem devia estar calado era o PSD porque quem inventou os boys foi o PSD, no tempo do Engº Guterres. Estão a pagar por aquilo que criticaram, no tempo do PS no governo. Sobre os boys na Câmara de

Montalegre, disse que tinha ido buscar um dos quadros mais competentes na área administrativa e jurídica e que não precisava de emprego porque era do quadro da Câmara de Chaves. O Dr. Nuno Vaz Ribeiro é um dos melhores técnicos que alguma Câmara já teve. Foram convidados alguns quadros superiores do concelho e não aceitaram o lugar. Disse ainda que o Dr. João Azenha, que pode ser do PSD, também não é boy, assim como o Dr. David Teixeira que estão a trabalhar no projecto do Ecomuseu e têm mostrado muito trabalho e muita capacidade. Se quisesse meter gente para fazer política tinha metido militantes do PS de Montalegre. Mas o que se fez foi encontrar técnicos competentes e isso devia ser elogiado.

Ao deputado Acácio Moura disse que o barrosão Bento da Cruz é um grande escritor barrosão e por isso deve ser acarinhado por todos. Sobre a animação, disse que se acordou que fosse a ACISAT a fazer a animação na altura dos eventos levados a cabo pela Câmara.

Inscreveram-se para esclarecimentos os senhores António Cascais, José Rodrigues e Luis Carril.

O deputado António Cascais disse que protestava da forma como se fala dos boys. O Dr. Pires demitiu-se do Centro de Saúde de Montalegre. O Sr. Joaquim Fontes reformou-se e encontrou-se uma funcionária para ocupar o lugar na Segurança Social de Montalegre.

O deputado José Rodrigues discorda com o Presidente da Câmara quando diz que o governo tem andado aos ziguezagues na questão da reforma do património. Sobre esta matéria, o governo já disse que não iria haver diminuição das receitas até porque vai entrar em vigor em Maio para salvaguardar essa situação.

O deputado Luis Carril disse que o Senhor Presidente da Câmara acabou por admitir que as pessoas que vieram de Chaves são boys e se a Câmara de Chaves não tivesse mudado eles não teriam vindo. Sobre o Torrão da Veiga, o Senhor Presidente da Câmara disse que não estava para aturar vândalos e perguntou se as pessoas de Salto, que utilizam aquele espaço, também estão incluídas nesse rol de vândalos.

O deputado Joaquim Pires pediu a palavra à Mesa para prestar o seguinte esclarecimento sobre o cargo de director do Centro de Saúde de Montalegre. Disse que tinha assumido esse cargo quando o colega, Dr. Delfim, deixou de exercer essas funções. Com as mudanças do governo em Vila Real, disseram-lhe para pedir a demissão ao que ele respondeu que se punham em causa a sua competência e a sua honestidade assim que o demitissem eles. As pressões continuaram e, apesar de lhes ter dito que não precisava do lugar para ter prestígio, foi então que colocou o lugar à disposição porque não merecia a confiança e não quer estar onde não o desejam.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que “boys” foi politiquice que se fez e continua a fazer-se. Já tinha dito que vieram porque não encontraram gente em Montalegre para ocupar estes lugares. No Torrão da Veiga, não se admitem vândalos e não adianta tentar jogos de palavras.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Expediente para conhecimento**

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o deputado Albino Pires Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Solveira, pediu a renúncia do mandato, por questões de saúde, tendo já sido substituído pelo Sr. Alberto Alves Ferreira. Informou ainda de toda a correspondência recebida, nomeadamente um ofício que veio da Assembleia Municipal da Guarda para que as zonas mais frias do país tivessem uma redução no preço da energia eléctrica, gás natural e no gasóleo. Deu conhecimento sobre o teor de um documento que chegou da Associação Nacional de Municípios Portugueses cujo assunto é a reforma da tributação do património imobiliário; leu um ofício vindo do Sindicato dos Professores do Norte; deu ainda conhecimento dos relatórios de actividades referentes ao ano 2002 da Comissão Regional de Turismo do Alto Tâmega e Barroso, dos Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, do Matadouro Regional do Barroso e da RESAT.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia**

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório de Actividade e Situação Financeira da Autarquia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, José Coelho, Francisco Surreira, Luis Carril, Paulo Cruz e Alexandre Antunes.

O senhor deputado António Cascais disse que registava dois dados positivos. Um deles era a diminuição da dívida. Acredita que tenha sido uma descida virtual porque muitas obras que vão ser feitas vão engrossá-la. Considera positivo também a construção de uma nova ETAR; acredita, no entanto, que ainda há esgotos a correr para o rio.

O senhor deputado José Coelho disse que a página seis do documento apresentado refere apoio para a fossa de Parafita. Informou que em Parafita não há rede de saneamento. Pediu por isso explicações.

O deputado Francisco Surreira falou do lixo que se encontra nas bermas das estradas, especialmente em dias de feira. São os feirantes que espalham esse lixo. Disse que a Câmara devia manter uma fiscalização mais apertada na tentativa de penalizar essas pessoas e acabar com isso. Sobre o vandalismo às portas dos depósitos de águas, disse que acredita que não são as pessoas mais velhas que as estragam.

O deputado Luis Carril disse que aplaudia o executivo camarário a propósito da diminuição da dívida. Os alertas e avisos da bancada do PSD valeram de alguma coisa. Referiu que os presidentes de junta devem ter conhecimento das obras que são feitas na sua freguesia porque já não é a primeira vez que acontece desconheceram-nas. Disse ainda que vê sistematicamente obras da sua freguesia que estão em curso e nunca em conclusão, como é o caso da Casa do Capitão que já tem vários anos. Em sua opinião deviam-se estabelecer prazos para a conclusão das obras. Falou de uma lixeira enorme que existe na Borralha e que devia ser tratada e também junto à ponte, quem vai para a serra da Maçã, há entulho que devia ser recolhido. Quanto à ETAR de Montalegre, apraz-lhe saber que finalmente vai ser concretizada, mas lamenta que o mesmo não aconteça em Salto.

O deputado Paulo Cruz disse que finalmente o PSD de Montalegre reconhece que a Câmara sabe gerir e agora compreendem que muitas vezes é preciso o endividamento para fazer algumas obras. Saudou o Executivo Municipal por ter cumprido aquilo que prometeu às populações e isso mostra que quem está à frente do executivo tem noção da responsabilidade e sabe o que se deve fazer.

O deputado Alexandre Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Mourilhe, disse que as aldeias de Mourilhe e Sabuzedo devem beneficiar das máquinas quando estas forem para o caminho que dá acesso às eólicas

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que a dívida apresentada é a real e pode-se verificar que as obras estão todas facturadas e as obras que consomem mais dinheiro são: a estrada da Fronteira, a Marginal do Cávado, a rede viária de Cabril e o Multiusos. Disse ainda que havia uma verdade absoluta em relação à dívida. Tinha dito que a dívida estava empolada porque era preciso avançar com a estrada da Fronteira, assim como com as acessibilidades a Cabril. Disse que tinha sido o primeiro a dizer que a dívida era grande, mas também disse que ela ia descer e aqui está a prova. Disse ainda que mal estava se ouvisse as críticas da oposição sobre esta matéria. Se lhes tivesse dado ouvidos não havia obras feitas. Informou que a Câmara ia receber 600 mil contos do INTERREG o que vai diminuir ainda mais a dívida, mas garantiu que iria voltar a aumentá-la porque queria fazer obras para ajudar as populações. Disse que só há uma bombagem do saneamento na Lama do Moinho e que qualquer avaria é momentânea e não é suficiente para poluir o rio. Disse ainda que não valia a pena tentar fazer alarmismos e, quando houver alguma anomalia, pediu que a denunciasses porque iam lá os técnicos resolver o problema. Disse ainda que o Presidente da Junta de Freguesia de Viade de Baixo gosta de controlar tudo e não se manifestou contra isso, mas referiu que não é intenção do executivo criar quezílias. Sobre a intervenção do deputado Luis Carril, disse que houve uma altura em que a Câmara era acusada de que só fazia obras em Salto. O Executivo foi muito criticado por isso e se as pessoas criticaram foi por alguma razão. Relativamente à Casa do Capitão, disse que ainda não estava concluída porque tinha havido problemas com a empresa e com o projecto, mas a segunda fase está a decorrer dentro dos prazos. Falou ainda sobre as prioridades para Salto e disse que são o saneamento da Borralha e a estrada para a Borralha e Borralha/Linharelhos. Lembrou ainda que há uma brigada em Salto que faz muito trabalho. Sobre a ETAR de Salto, disse que esta estava a funcionar de acordo com o que tinha sido projectado. A Câmara faz a manutenção e não está a poluir o rio. Ao Presidente da Junta de Mourilhe, disse que os acessos a Sabuzedo estão muito danificados e a niveladora não faz o serviço. Quando a rectro estiver naquela zona poderá fazer grande trabalho nos acessos.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **3. Documentos de Prestação de Contas (Mapas nos termos do POCAL)**

O Senhor Presidente da Câmara apresentou os mapas de apresentação de contas.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves, José Coelho, António Ferreira, António Leitão, Luis Carril e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que a Conta de Gerência, e principalmente pelas imposições do POCAL, não é mais do que um instrumento técnico da execução do Plano de

Actividades e por isso temos por certo que as contas estão correctas. Houve despesas e por isso é necessário pagá-las. Chegamos ao final do ano com uma taxa de realização de receitas que não chega a 50%. Disse que toda a gente sabe que ao longo do ano podem ser feitas alterações e isto o POCAL também contempla. Sabe isso porque outros concelhos fazem isso. Em relação às despesas correntes, quase se cumpriu e compreende-se, embora possa fazer alguns reparos. Considera que há uma certa tendência para o despesismo e disse isto não com o sentido de ofender alguém pessoalmente, mas no sentido de criticar a gestão. Não tolera que no dia 9 de Março um grupo de pessoas lembrasse vir a Montalegre e a Câmara se tivesse disponibilizado para fazer o transporte. Referiu ainda as despesas com material honorífico, que diz não compreender o que é, em que foram gastos 10 mil euros. Em relação às despesas com os consumos correntes de viaturas e máquinas, disse que precisam de um maior controle, assim como a aquisição de pneus, combustíveis, contratos com publicidade pois parece-lhe que têm gastos exagerados. Com isto não quer dizer que não se façam as coisas, mas sim que se tenha outra gestão dos dinheiros públicos. Em relação às receitas, disse que a actual administração tem sido uma desgraça. Previu receber 28 milhões de euros e só recebeu 14 milhões. Referiu ainda a grande diferença entre as receitas de 2001 e 2002, relativamente a algumas empresas como, por exemplo, EHATB, PESL e as receitas do Albadia em que a previsão era muito maior. Esta variação de um ano para o outro deve ter alguma explicação que gostaria de ver esclarecida.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o deputado António Cascais fez um reparo bem feito. Deve-se fazer o reparo do endividamento da Câmara, principalmente com fornecimento de empreiteiros e dívidas a fornecedores e, nomeadamente, à Ferseque. Sobre as despesas, disse que lhe parece exagerada a verba atribuída à Associação Florestal de Barroso, 17.000 € é demais porque não fazem favores aos agricultores. Considerou pequena a verba atribuída ao Clube Papaventos, assim como a verba atribuída para a recolha e tratamento de lixo.

O deputado José Coelho pediu a construção do edifício do Jardim Infantil de Pisões e disse que votaria a favor da Conta de Gerência de 2002.

O deputado António Ferreira disse que estava de acordo com algumas coisas que se tinham dito. O documento apresentado parece-lhe bem elaborado e tem toda a credibilidade. Disse ainda que a dívida à Caixa Geral de Depósitos não aumentou, a dívida a empreiteiros desceu e o FEF não aumentou, as obras estão feitas e por isso perguntou onde se ia buscar o dinheiro. A bancada do lado direito disse que havia má gestão, então pediu ao Senhor Presidente que explicasse onde é que ia buscar o dinheiro e ainda a discrepância que há entre Montalegre e Boticas, nomeadamente em aquisição de bens de capital e despesas de pessoal. Em termos percentuais, perguntou se seria verdade Montalegre gastar 24% e Boticas 22%. Disse que se isto é o autarca modelo, que tanto apregoam, e não sabe onde se vai buscar o adjectivo que o vai classificar daqui a algum tempo. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque é que não fez como o Dr. Durão Barroso, vendia algum património da Câmara para realizar dinheiro e tínhamos uma capacidade de realização acima dos 50%. Disse que sempre tinha dado o seu aval aos planos, aos empréstimos e às obras e por isso, na sua opinião, o documento deveria ser aprovado por unanimidade.

O deputado Joaquim Leitão disse que não concordava com a atribuição de subsídios às associações de automóveis. Também disse que não concordava com a verba atribuída à Assembleia Distrital de Vila Real.

O deputado Luis Carril disse que temos uma execução do plano de 41%. Quando esta Câmara entrou para o poder, disse que o anterior executivo tinha deixado as contas num caos. Sobre as obras na freguesia de Salto disse que só diz que se fez muita obra quem nunca lá vai porque quando se fazem obras no Baixo Barroso logo se associa a Salto. Referiu algumas obras em que o nível de execução é muito baixo e por isso acredita que a freguesia de Salto está a ser posta de parte.

O deputado Paulo Cruz disse que quando o PS foi para a Câmara não eram as contas que estavam em mau estado, era sim o concelho. Referiu ainda que este relatório deve ser aprovado pelo seu rigor. Referiu que o deputado António Cascais tinha dito que a promoção que se tem feito do concelho não tem resultado. Perguntou então ao deputado António Cascais se a promoção não é despesismo. Sobre o Plano de Actividades, disse que já se fez bastante daquilo que se tinha prometido e por isso sabe-lhe bem que os princípios que este executivo tem não são os mesmos que tem o governo de Portugal.

Inscreveu-se para esclarecimentos o deputado António Cascais que disse que ou o erro tinha sido dele na exposição, que não se tinha explicado bem, ou tinha sido do deputado Paulo Cruz que não entendeu a sua exposição. Aquilo que tinha dito foi que as verbas atribuídas à publicidade nem sempre têm tido bons resultados.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que tinha sido levantada pela bancada do PSD a questão política da Conta de Gerência e quiseram fazê-lo com a manipulação dos números. Fizeram-no sem ter em conta aquilo que se disse na apresentação do Plano de Actividades e nessa altura foi dito que algumas obras estavam em plano para poderem ser candidatas aos fundos comunitários. Disse que o PSD critica, critica, mas não apresenta alternativas. Disse que as pessoas não comiam défice e que a vida não é Plano de Actividades como disse o Senhor Presidente da República. O Plano de Actividades é um instrumento de apoio e está lá tudo escrito com seriedade e quando foi apresentado disse-se aquilo que ia ser feito e o que se ia tentar fazer, e ainda aquilo que se iria fazer se houvesse apoio dos fundos comunitários. Explicou ainda que as despesas correntes tinham subido pelos aumentos de pessoal que até nem foram muitos e devido aos transportes escolares que era uma receita de capital e passou para as despesas correntes. Disse ainda que levantar a questão da viagem de um grupo de empresários, que se deslocaram de Braga a Montalegre, parece-lhe ridículo e isso não serve como argumento de despesismo. Sobre as despesas com material honorífico, disse que durante a semana a Câmara ia oferecer 300 lembranças e é o que se faz em todo o lado e assegurou que a Câmara iria continuar a fazer essa gentileza a quem nos visita e quando é solicitado para dignificação da autarquia. Sobre as despesas de publicidade, disse que nessa rubrica está incluída o programa Opinião da TVI, que não foi barato, os mapas turísticos em português e mais três línguas, assinaturas dos jornais, as despesas com publicidade na TSF, nos jornais regionais e nacionais, também são incluídos os anúncios na imprensa nacional de oferta de emprego, etc. Referiu ainda que, ao falarem nas despesas de combustível, isso só revela a falta de conhecimento. Os carros não andam a passear, andam a fazer trabalho, transportando materiais e pessoal técnico e operário. Disse aos elementos do PSD que não tinham competência para estar na oposição quando mais no poder. Deu a explicação sobre as receitas do Albadia, EHATB e Bragadas. Sobre as despesas de telefone disse que há o controle dos telefones e a funcionária que é responsável pelo serviço é das mais exigentes e honestas. Todos os meses manda a contagem dos telefones que cada um gasta e os funcionários que mais gastam são chamados à atenção. Sobre os telemóveis, e já que o PSD anda sempre a fazer comparações, disse que há muitas Câmaras que gastam mais telemóvel

com o Presidente do que a Câmara de Montalegre gasta com todos os telemóveis. Referiu que há um regulamento que estabelece um plafond e quando é ultrapassado o funcionário paga o restante. Disse que o apoio à Associação Florestal foi dado conforme o pedido feito e em relação ao Clube Papaventos disse que este nunca reclamou mais apoio do que o que se lhe tem dado.

Inscreeveu-se para prestar esclarecimentos o deputado Luis Carril que disse que aquilo de que acusaram o PSD agora é o PS a tomar a dianteira porque agora é o PS a comparar Montalegre e Boticas. Disse que o deputado António Ferreira devia ter-se mudado para Boticas porque, segundo as suas palavras, em Montalegre até está tudo bem. O Presidente da Câmara agora até já conhece as contas do telemóvel do Presidente da Câmara de Boticas. Disse ainda que, independentemente de ser Presidente ou oposição, deve ter educação porque não lhe fica bem dizer que nós não temos competência para estar na oposição, quanto mais no poder.

**Deliberação:** Os documentos de prestação de contas foram aprovados por maioria com doze abstenções.

#### **4. Pedido de cedência do lote nº 41 pela Agrimonte**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves, José Coelho, António Ferreira, José Rodrigues, Luis Carril, Paulo Cruz e Joaquim Pires.

O deputado António Cascais entregou o seguinte documento à Mesa:

“Senhor Presidente da Câmara:

Os fundamentos apresentados pela COAGRIMONTE para aquisição do lote de terreno na zona industrial afigura-se-nos de interesse sócio-económico para a região, na medida em que se propõe instalar uma unidade industrial que incentiva a dedicação a produtos regionais, possibilitando o aumento dos rendimentos das populações, o que contribuirá para a sua fixação no concelho.

Por outro lado, parece-nos constituir aquela unidade industrial a forma mais eficaz para dar sequência à certificação já existente, e em curso, dos produtos derivados do porco. Na situação actual, nada aproveita aos agricultores a existência da certificação, pois não existem os circuitos de escoamento por falta de condições de produção e transformação que a lei impõe.

É ainda razão justificativa o facto de se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, representativa dos agricultores que, directa ou indirectamente, constituem a quase totalidade da população do concelho.

Colocam-se-nos, porém, as seguintes dúvidas de carácter legal que pretendemos ver esclarecidas pelo Sr. Presidente da Câmara:

- A interpretação do estipulado no regulamento da venda de lotes permite autorizar a venda nas condições propostas?
- Não existe a configuração de favorecimento?
- Sustenta a Câmara a sua proposta na interpretação jurídica favorável de algum advogado?

Se as respostas, que solicitamos à Mesa da Assembleia para as transcrever para a acta, forem positivas, votaremos favoravelmente.

Montalegre, 30-04-2003, Assina, António Cascais”

O deputado Acácio Gonçalves disse que partilha de tudo o que o deputado António Cascais focou na sua intervenção e disse ainda que tem receio que em nome dos costumes e da qualidade estejam escondidas algumas coisas. Disse que isto trazia água no bico e que antes de o ser já o era. A referida unidade já tem autorização de laboração. Gostava de ver uma entidade oficial a fiscalizar porque é tudo fictício. A legalidade funciona, mas só posteriormente. Na sua opinião, a Feira do Fumeiro vai acabar porque os animais vão ser abatidos no Matadouro.

O deputado José Coelho perguntou se a referida unidade já tem aprovação e o que é que acontecia se a Assembleia a reprovasse. Em relação ao preço do terreno, disse que era uma vergonha vender a 50 cêntimos/m<sup>2</sup>.

O deputado António Ferreira disse que concordava com algumas coisas que já tinham sido ditas em relação a este assunto.

O deputado José Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:

“José de Moura Rodrigues, membro da Assembleia Municipal, abaixo assinado, declara que vota contra a proposta de cedência, a preços simbólicos, dum lote de terreno à Cooperativa Agrícola dos Produtores de Batata de Semente de Montalegre.

Apesar de subsistirem dúvidas relativamente à admissibilidade legal da proposta, o voto contra fundamenta-se, essencialmente, nas implicações de ordem material e política subjacentes à designada unidade de fabrico de enchidos tradicionais. Assim,

1. dado que ninguém pode garantir o carácter tradicional dos produtos da futura unidade e assumindo que os enchidos dela resultantes são comercializados nas mesas circunstâncias que os dos actuais produtores, está-se a por em perigo a fama e o renome do fumeiro de Barroso, a promover a concorrência desleal e a abrir precedentes perigosos para o futuro;
2. assumindo que no futuro deixará de ser a entidade promotora da Feira do Fumeiro de Barroso, a Câmara Municipal está a rejeitar o papel de entidade reguladora que vinha exercendo, a alhear-se dum activo que já absorveu muitos recursos municipais e a abandonar à sua sorte um cartaz promocional do concelho;
3. numa região onde não abundam as alternativas em matéria de criação de riqueza e em que o fumeiro é um complemento importante na subsistência económica das populações, é irresponsável trocar uma actividade com tão elevado potencial de crescimento por interesses políticos conjunturais;
4. apesar desta Câmara se dizer socialista, a proposta é contrária às regras mais básicas em matéria de redistribuição da riqueza, pois concentra numa entidade o rendimento que poderia e deveria pertencer a muitos.

Montalegre, 30 de Abril de 2003, assina José Moura Rodrigues”

O deputado Paulo Cruz disse que partilhava de algumas preocupações, contudo pensa que é um investimento arrojado e merece a concordância de todos os membros da Assembleia.

Apelou aos agricultores que vissem isto não como um fechar de portas, mas uma aposta na tradição e nos bons costumes.

O deputado Luis Carril disse que todos estão à espera que apareça uma empresa que crie postos de trabalho e desenvolvimento, mas, no que respeita à Cooperativa, é preciso ver se a produção vai ser feita nos mesmos moldes da fábrica do fumeiro. A Câmara, assim, ajuda uma entidade que vai fazer concorrência a uma entidade privada. O valor do lote não se percebe, pois se é para ser oferecido que seja por um preço simbólico. Teme que este caso crie problemas em termos futuros.

O deputado Joaquim Pires disse que esta unidade tem que abater porcos caseiros. O lote deve ser dado gratuitamente à Cooperativa, mas a raiz do lote deve pertencer à Câmara. Parece-lhe que se estão a criar precedentes e que trarão problemas até porque o número de postos de trabalho não é assim tão significativo.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que havia mágoas que se revelaram, justificadas nalguns casos, e há outras que se vão revelando de forma inesperada. Disse que isto nada tem a ver com a Feira do Fumeiro. Temos uma fábrica e devemos apoiá-la porque é uma fábrica que não é de um privado qualquer, é de uma Cooperativa e o poder local tem a obrigação de apoiar as cooperativas. Disse ainda que se houver a violação dos objectivos da fábrica deve-se chamar a atenção. Sobre o preço do lote do terreno, disse que por ser esta quantia é que foi posto à consideração da Assembleia porque se fosse para vender pelo preço do regulamento então não era preciso vir à Assembleia. A Cooperativa avançou com a candidatura, mediante a viabilidade que foi pedida. A Câmara cede o terreno com a certeza de que o investimento vai ser feito. Disse ainda que antigamente se matavam os vitelos em casa e não demora muito a ter que se matar os porcos no Matadouro também. Deliberamos sobre o preço e não sobre a cedência. O que se vai fazer é uma fábrica que pode fazer vários produtos e vai fazer produto certificado. Não há concorrência à outra fábrica, mas se houvesse isso não era questão da Câmara. O produto vai ser inspeccionado por uma entidade que vai querer saber onde é criado o porco. Disse ainda que isto só porá em causa a Feira do Fumeiro se os produtores quiserem. Agora, o que não podemos é parar. Os de Vinhais já estão mais adiantados que nós porque já têm a certificação dos seus produtos e várias fábricas privadas deste género.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais, Luis Carril, Domingos Vasconcelos e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais pergunta se haverá algum conflito se a Câmara alterar o regulamento porque o regulamento que citam, no artigo 4º, do número 3, põe um travão que tem a ver com o número de postos de trabalho. Parece-lhe que se esse artigo for alterado fica tudo bem.

O deputado Luis Carril disse que poderia haver concorrência desleal no sentido de que a fábrica que já existe pagou o terreno e a Cooperativa não paga ou se paga é simbólico. Os fins são os mesmos, nas duas entidades. Perguntou se situações idênticas vão ter tratamentos iguais. Terminou, dizendo que querem precaver situações futuras e querem que a Cooperativa cresça e se desenvolva.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que lhe parecia que na Assembleia estavam todos muito nervosos, incluindo o Senhor Presidente da Câmara. Não há maldade nenhuma nas

opiniões que se têm de um lado e do outro. Está a haver um debate que não vai levar a lado nenhum.

O deputado Acácio Gonçalves disse que aquilo para ser uma fábrica, é preciso uma pocilga e, nessa altura, a Câmara vai dizer que não se podem fazer pocilgas porque conspurcam tudo. Se a fábrica começar a consumir porcos caseiros, toda a gente começa a criar.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que há uma instituição que tem de ser respeitada e é a única que pode certificar o fumeiro. A fábrica que existe não é a mesma coisa que a Cooperativa. Não fazemos favorecimento pessoal, pode haver mais pocilgas desde que cumpram a Lei. Disse que não imaginava que o PSD falasse em aproveitamento pessoal ou em favorecimento quando está uma Cooperativa em causa. Disse ainda que uma Câmara socialista não é uma Câmara estatizante e o que se pode entender, e bem, é que uma Câmara socialista deve apoiar os Cooperativas e o desenvolvimento local, como estamos a fazer com esta decisão.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com dois votos contra e seis abstenções.

**5. Determinação e justificação do procedimento prévio à contratação, por meio de ajuste directo, dos serviços de recolha indiferenciada dos resíduos sólidos urbanos produzidos no Município de Montalegre – Autorização para assumpção de encargos que se repercutem por cinco anos económicos.**

O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta proposta seria para fazer a entrega da recolha do lixo à RESAT.

Não houve inscrições.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**6. Projecto de Regulamento sobre licenciamento das diversas actividades previstas no Decreto-Lei nº 264/02, de 25 de Novembro e no Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de Setembro.**

O Senhor Presidente da Câmara deu toda a explicação sobre este assunto.

Não houve inscrições.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**7. Projecto de Regimento da Assembleia Municipal**

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu todos os presentes.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira e José Rodrigues.

O deputado António Cascais disse que se teria poupado trabalho se a Comissão tivesse reunido. Disse ainda que a base do regimento não oferece alteração, e apenas sugeriu a alteração de alguns artigos.

O deputado António Ferreira disse que a sua bancada votava a favor do regimento com as correcções, à excepção do artigo que prevê um aumento de tempo aos líderes de cada bancada para falar.

O deputado José Rodrigues propôs a delimitação de espaços por causa dos independentes, apesar de ter a consciência que eles fazem parte de uma estratégia política. Os independentes devem ter um espaço próprio.

Findas as intervenções o deputado António Cascais sugeriu que se votasse o regimento na generalidade (sem as alterações) e que se fizesse outra votação (especialidade) com as alterações.

A proposta do deputado António Cascais foi aceite por unanimidade.

**Deliberação:** O projecto, na generalidade, foi aprovado por maioria com um voto contra. O projecto, na especialidade, foi aprovado por maioria com vinte e seis votos a favor, dezoito contra e cinco abstenções.

### **PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta, que posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário

O 2º Secretário